
***Reflexos dos 10 anos de
Privatização da Escelsa
-1995-2005-***

■ ■ Referências bibliográficas

- **“Os reflexos da privatização da Escelsa na relação sindicato-trabalhadores do setor de energia 1992-2001”** - Trabalho de graduação da aluna Laurinha Santos, do curso de História da Ufes.
- **Livro “Da privatização ao apagão”** - Maria Margarida Barbosa Sampaio, do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região (SC).
- **Livro “Sinergia-ES de Getúlio a Lula – 60 Anos de organização dos trabalhadores do setor de energia no Espírito Santo (1945-2005)”** – organizador: Luiz Cláudio Ribeiro.
- **Estudos realizados pelo Dieese nacional**
- **Análise de balanços da Escelsa antes e após a privatização – Dieese-ES**
- **Estudos sobre o setor elétrico nacional FNU/CUT**
- **Balço do setor elétrico - Dieese – Subseção Eletricitários SC**
- **Informativos do Sinergia-ES: “Energia” e “Energizando”**
- **Perfil dos Eletricistas do Setor Energético da Região Metropolitana de Vitória-ES – Um Estudo de Base Ergonômica** – Coordenado pela médica do Trabalho Denise Rozindo Bourguignon (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador)

■ ■ Apresentação

No dia 11 de julho de 1995, há exatos 10 anos, o governo federal iniciou a privatização do setor elétrico, através da venda da Escelsa. Visando marcar essa data e lembrar as inúmeras conseqüências nefastas desse processo para os trabalhadores, sua organização e representação sindical, para a população e para o Brasil, o Sinergia-ES está lançando esta cartilha, onde procura resgatar suas lutas contra a privatização e em defesa dos trabalhadores em energia.

Já em 1994, o governo começou a preparar a Escelsa para ser entregue de bandeja ao setor privado. Maquearam a empresa fazendo grandes investimentos, como a troca da frota de veículos, dos cabos das linhas de transmissão OPGW (fibra de ótica), equipamentos de informática, telecomunicações e do computador central, entre outros, para atrair compradores. Logo houve um acirrado processo de demissões com a automatização implementada e as terceirizações. Também foi feito um grande estoque de materiais e equipamentos.

E foi diante desse cenário adverso que o Sinergia-ES teve que mostrar toda a sua capacidade de resistência e de organização dos trabalhadores.

Coincidência ou não, às vésperas também do aniversário de 37 anos da Escelsa, criada em 1º de julho de 1968, fomos brindados com uma novidade: a mudança da logomarca (substituindo inclusive a cor azul pelo vermelho) e do mote da empresa, que passa a chamar-se “escelsa – energias do brasil”. Não se trata de erro de português. Trata-se da imposição intencional de uma nova marca onde até o nome do Brasil **é escrito com b minúsculo**. É o fim da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, que não pertence mais ao povo capixaba. Fica clara a estratégia de decretação da morte da Escelsa e tudo o que ela historicamente representa: orgulho dos trabalhadores, do povo e dos governantes, que ajudou o nosso Estado a crescer garantindo o insumo básico do desenvolvimento, o fornecimento de energia.

Nesse momento, é preciso lembrar que história e memória devem andar sempre juntas. Um trecho do texto de conclusão do livro “Da privatização ao apagão”, de Maria Margarida Barbosa Sampaio, do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região (SC) resume bem este pensamento: “O setor elétrico (...) já esteve no passado nas mãos da iniciativa privada. E deu no que deu: o caos se instalou no país e o governo teve que estatizar as empresas. A energia elétrica é um bem social e não uma mercadoria. Deve estar a serviço da população e não a serviço de interesses especulativos. A luta contra a privatização de todos os setores estratégicos e pela reestatização deve continuar e se aprofundar cada vez mais. Só assim poderemos garantir a soberania nacional e os interesses do povo brasileiro, verdadeiro dono do patrimônio público”.

O Sinergia-ES está atento a todas as mudanças, buscando superar os desafios através da união e da integração dos trabalhadores em energia.

A diretoria
Sinergia-ES

■ ■ O setor elétrico e a conjuntura

No início da década de 90 o setor elétrico, assim como os demais setores da economia brasileira, encontrava-se em crise. Oito das 10 empresas mais representativas do setor – incluindo as federais e estaduais - fecharam o ano de 1990 registrando prejuízos em seus balanços patrimoniais.

O principal entrave à retomada do crescimento do setor elétrico, segundo o Dieese, foi a dívida externa, contraída dos órgãos internacionais, com o objetivo de obter dólares para equilibrar as contas externas. Apenas 17% do total de quase 2,8 bilhões de dólares vencidos e não pagos (juros + principal), correspondem a empréstimos para investimento no setor.

O retorno da política de contenção das tarifas de energia também contribuiu para agravar a situação financeira das empresas. A desvalorização das tarifas de energia persistem no governo Collor, tornando o setor deficitário e ajudando a alimentar o mito da ineficiência das empresas estatais.

É bom lembrar que foi no governo Collor que o neoliberalismo ganhou fôlego no Brasil. Chegando ao poder com a fama de “caçador de marajás”, Fernando Collor de Mello começou a abrir as fronteiras para a nova onda do liberalismo econômico e à entrega das empresas estatais ao capital privado.



■ ■ A privatização do setor elétrico nacional

O Estado brasileiro passou longos anos enfrentando problemas para estruturar o setor elétrico nacional, através da construção de usinas, subestações e interligação do sistema por meio de infindáveis linhas de transmissão. Após esse processo, as empresas de energia tornaram-se novamente atraentes, o que despertou o interesse do capital privado.

O pontapé inicial da privatização do setor elétrico nacional aconteceu em junho de 1992, quando o ex-presidente Collor incluiu a Escelsa e a Light no Programa Nacional de Desestatização (PND), através do Decreto 572/92. Considerada a mais “enxuta” das empresas da Eletrobrás, após um acirrado processo de demissões e terceirizações, a Escelsa foi a primeira a ser privatizada, em julho de 1995. Em abril do ano seguinte foi a vez da Light, seguida pela Cerj (Companhia Elétrica do Rio de Janeiro), privatizada em novembro de 96.

A partir daí, a investida contra as estatais de energia não parou mais. Entre outras empresas importantes que foram privatizadas está a Gerasul, vendida em 15 de setembro de 1998. A Gerasul é resultado da divisão da Eletrosul – maior empresa estatal do Sul do país. Após a cisão passou a ser responsável pela geração de energia, sendo que a Eletrosul ficou somente com a responsabilidade pela transmissão.

Somente Furnas conseguiu escapar da sanha da privatização, mesmo assim porque o governo esbarrou na resistência da própria direção da empresa desde o início.

■ CPI deve apurar irregularidades

Passados 10 anos do início das privatizações das empresas de energia, voltam novamente à tona os indícios de irregularidades nesse processo. A FNUCUT promove uma ação contundente pela instalação de uma CPI do setor elétrico no Congresso Nacional. O objetivo é investigar a venda de 20 concessionárias e quatro companhias de geração e o fato de oito delas ainda não terem liquidado suas dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O pedido da CPI, de autoria do deputado João Pizzolatti (PP-SC), está aprovado desde o ano passado, mas sua instalação vem sendo sucessivamente adiada.

A criação da CPI toma como base o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontando que, no período entre 1995 e 2003, 20 concessionárias e quatro companhias de geração foram privatizadas no país por 30 bilhões de dólares. Nesse processo, uma série de irregularidades foram cometidas pelo BNDES na concessão de empréstimos para empresas do setor elétrico.

Doze concessionárias tiveram suas vendas financiadas pelo órgão, mas oito ainda não liquidaram suas dívidas. Algumas transações dos novos controladores foram feitas em paraísos fiscais para dificultar o pagamento dos empréstimos.

De 1995 a 2003, o BNDES destinou 22 bilhões de reais para o setor elétrico, sendo 7 bilhões para o financiamento das privatizações, realizadas antes mesmo da criação de uma agência reguladora.

Segundo o TCU, o BNDES também extrapolou o limite de 50% do preço mínimo da empresa para o financiamento das privatizações.

■ ■ A luta dos trabalhadores brasileiros contra a privatização

Mesmo antes da privatização, os trabalhadores já começaram a sentir na pele as conseqüências nefastas desse processo. Foram desencadeadas demissões de empregados dos quadros próprios das empresas e estes foram imediatamente substituídos por terceirizados. Ou seja, os contratos de obras e manutenção eram repassados para empreiteiras.

As terceirizadas contratavam trabalhadores menos preparados para ocupar as vagas dos demitidos, alguns sem carteira assinada, exigindo jornadas excessivas, pagando salários mais baixos e com menos benefícios. Isso, fora as péssimas condições de trabalho, que muitas vezes foram denunciadas pelo movimento sindical.

Na medida que o governo Collor ia se revelando incompetente para resolver os enormes problemas do país e dos trabalhadores brasileiros, as centrais sindicais e seus sindicatos filiados, junto com os partidos políticos de oposição, passaram a ter maior sucesso na organização da grande campanha nacional de mobilização dos eletricitários, ocorrida no início de 1992.

As principais reivindicações da campanha eram as reposições salariais e a estabilidade no emprego. A luta pela estabilidade tomou corpo porque, vendo que as concessionárias de energia estavam em vias de serem privatizadas, os trabalhadores temiam a demissão em massa em função da terceirização do trabalho no setor.

A questão da terceirização, em especial, era no momento assunto da maior gravidade. Afinal, enquanto o setor se preparava para a redução de grande número de trabalhadores de seus quadros e a contração de serviços através de empresas terceirizadas, ficava nítido que a margem de negociação por melhores salários e outros benefícios diminuiria em função da luta pela garantia do emprego.

Apesar da combatividade do movimento sindical, o processo de privatizações teve início com a venda da Escelsa. As ações da empresa, de propriedade da Eletrobrás, ficaram sob a custódia do Fundo Nacional de Desestatização.

■ ■ A luta do Sinergia-ES em prol da Escelsa pública

Diante da inclusão da Escelsa no PND, em junho de 1992, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica, na época ainda Sindees, lançou uma grande campanha de convencimento da opinião pública capixaba, na esperança de que a sociedade se posicionasse contrária à privatização da



Escelsa. A campanha tinha como lema: “Defenda a Escelsa. Ou reze para o Espírito Santo não perder sua força”.

Como parte da estratégia da campanha, autoridades de todos os níveis foram convidadas a debater o assunto, numa tentativa de convencer a sociedade capixaba de que a privatização da Escelsa não era uma coisa boa para o Estado, para os trabalhadores e para a população.

A categoria eletricitária tinha consciência da importância da Escelsa no desenvolvimento econômico do Estado e não poderia entregar uma empresa daquele porte à iniciativa privada, sem antes esgotar todas as possibilidades de debate.

Os trabalhadores da Escelsa acompanhavam atentamente toda a conjuntura política daquele momento. Uma das maiores preocupações era a dispensa de pessoal, pois se sabia que uma das primeiras providências após a privatização seria o corte na folha de pagamento e sendo a Escelsa uma das maiores empregadoras do Estado, isso era ainda mais previsível.

Para os empregados essa perspectiva gerava um desconforto tão grande que em 1995, ano da privatização, o número de acidentes chegou ao maior índice já registrado: 58 acidentes contra 38 ocorridos em 1994, o que equivale a um aumento 66%.

■ Denúncias de irregularidades antes da privatização

Órgãos representativos dos trabalhadores e intelectuais de esquerda, como o Dieese e Luis Pinguelli Rosa, foram incisivos ao afirmarem que o valor de venda da Escelsa foi subestimado face à previsão de reajustes tarifários e de um crescimento do mercado de 3,2% ao ano.

Também não foram considerados o consumo residencial e o seu efeito no faturamento; a possibilidade de redução da dependência em relação a Furnas. Houve apenas a avaliação dos efeitos negativos dos investimentos em distribuição e transmissão sobre a receita, sem levar em conta os efeitos positivos da redução de perdas.

Além disso, não foram levados em conta a viabilidade do uso da infraestrutura, através da utilização, por exemplo, de fibra óptica para inserção da Escelsa em atividade extra-setorial; o aluguel de torres ou mesmo da rede de distribuição. Por último, eles ainda denunciaram a realização de um único leilão para a venda do controle acionário da empresa.

■ Venda das ações

Em fevereiro de 1994, o governador do Estado, Albuíno Azeredo, pediu autorização à Assembléia Legislativa para colocar as ações de propriedade do Espírito Santo à venda. Numa Casa de Leis, onde havia inclusive um parlamentar que era assessor da diretoria da Escelsa, esperava-se que houvesse uma reação contrária. Não foi o que aconteceu! No dia 06 de abril do mesmo ano, a venda foi aprovada por maioria de votos, sob os protestos dos trabalhadores e membros da sociedade civil, que ali compareceram.

O sindicato ainda tentou buscar a anulação do leilão na Justiça, infelizmente sem êxito. Apesar dos apelos dos eletricitários e das dúvidas sobre o processo de privatização, o governo do Estado, que tinha 20,86% do total das ações da empresa, vendeu 90% dessas ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no dia 11 de outubro de 1994.

No entanto, os trabalhadores não se deram por vencidos. Pelo contrário, agora era necessário muito mais empenho para evitar a venda das ações da Eletrobrás. Mesmo com toda a luta, as ações pertencentes ao governo federal (73,337% do total) foram vendidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 11 de julho de 1995.

A Escelsa foi vendida por R\$ 357,9 milhões e apenas dois consórcios participaram: o Power do Brasil e o Iven/GTD participações S/A (que na época passou a ter o controle acionário da empresa, com 73,5% das ações).



■ As conseqüências para a sociedade

A inclusão da Escelsa no Programa Nacional de Desestatização (PND) chamou a atenção da sociedade por ser a primeira do setor a ser transferida para a iniciativa privada. Havia o temor de que os programas sociais, como o de eletrificação rural (1972) e o de baixa renda (1976) fossem abortados.

O programa de baixa renda visava à instalação de redes elétricas em bairros não urbanizados, preferencialmente na Grande Vitória, garantindo um desconto na tarifa para consumidores de baixo poder aquisitivo.

Cabe à sociedade indagar qual a lógica que prevalece na Escelsa privatizada: a de produção de um serviço de natureza pública ou apenas a lógica econômica em que a energia é um produto como outro qualquer e, portanto, submetido estritamente às regras de mercado?

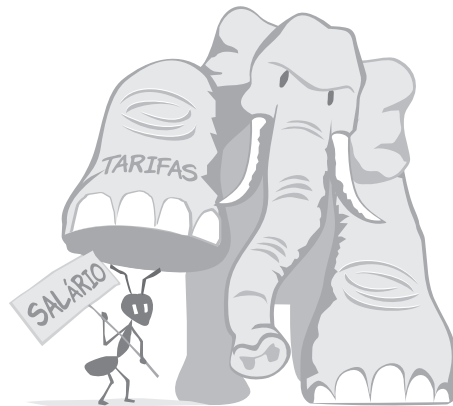
■ ■ Tarifas

Antes da privatização o Sindicato alertou permanentemente para o aumento das tarifas como uma das conseqüências prejudiciais à população. Não deu outra! Somente de dezembro de 96 a maio de 98 as tarifas residenciais tiveram um reajuste de 20,94%, contra uma inflação de 8,42% no mesmo período.

Isso sem contar que, já em novembro de 1995, as contas de energia dos consumidores

residenciais ficaram 35% em média mais caras. Isso porque, logo de cara foram reduzidos – ou retirados – subsídios do governo que permitiam uma diminuição no preço final das contas.

Só para se ter uma idéia, **segundo cálculos do Dieese, de 1994 a agosto de 2004 o reajuste nas tarifas de energia elétrica chegou ao astronômico índice de 222,41%.**



■ ■ Apagão

Além do aumento excessivo das tarifas, devemos destacar outro fator importante ocorrido após a privatização: a queda na qualidade dos serviços prestados à população. Não é à toa que durante vários anos a Escelsa (a exemplo de outras empresas de prestação de serviços públicos que foram privatizadas) manteve-se entre as primeiras em número de reclamações no Procon.

Ficou claro que a Escelsa estatal oferecia melhores serviços aos capixabas. Os piques de energia – e a conseqüente queima de eletrodomésticos –, blecautes, demora no atendimento, entre outros problemas, tornaram-se freqüentes.

O Sinergia-ES, a exemplo de sua atuação em defesa dos trabalhadores, também agiu contra os desmandos cometidos contra a população capixaba. Em 2000, a luta promovida pelo Sindicato acabou com a cobrança da taxa casada de iluminação pública nas contas mensais.

Os sucessivos “apagões” ocorridos após a privatização evidenciaram a falta de planejamento e de uma política clara para o setor elétrico e acabaram

levando ao racionamento de energia, fazendo com que, novamente, o consumidor pagasse o pato.

Mais uma vez a Escelsa privatizada mostrou sua deficiência. Foi uma verdadeira confusão a análise dos pedidos de revisão de meta de consumo que chegavam todos os dias à empresa. Muitos consumidores foram obrigados a pagar a sobretaxa, ficando sujeitos a corte no fornecimento de energia por conta da morosidade da empresa em analisar os pedidos.

Em abril de 2002, o Sinergia-ES entrou com uma ação na Justiça visando embargar os efeitos da Medida Provisória nº 14, que tratava da oferta de energia emergencial, do rateio dos custos à aquisição da energia elétrica e do repasse aos consumidores dos valores referentes à despesa com a compra de energia. A MP do “seguro apagão”, como ficou conhecida, era uma verdadeira carta branca para a revisão e o reajuste das tarifas, estabelecendo que o consumidor deveria arcar com todas as despesas e as empresas teriam garantidas as suas expectativas de lucro.

■ ■ Brasil: 5ª maior tarifa do mundo

Uma pesquisa feita em 2004 pelo Instituto Ilumina em 31 países constatou que o Brasil ocupava a quinta colocação no ranking daqueles que têm as tarifas residenciais de energia mais altas no mundo.

O Brasil ficou bem longe de outras nações cuja matriz energética também é predominantemente hidrelétrica, como Canadá e Noruega, que ocupavam o 29º e 30º, respectivamente.

Ainda segundo o estudo, o problema está na estrutura tarifária, que onera mais o cliente residencial do que o industrial. De 1995 a 2004 a tarifa residencial brasileira teve aumento real (descontada a inflação) de cerca de 50%, enquanto a industrial foi de 23%.



■ ■ As conseqüências para os trabalhadores

Com o anúncio da privatização da Escelsa os trabalhadores se viram ameaçados de perder os seus empregos e os benefícios conquistados ao longo de várias décadas, através de muitas lutas.

Passado aproximadamente 60 dias da venda da empresa foi instituído o Programa de Desligamento Incentivado (PDI), através do qual os empregados

que optassem pela adesão e que tivessem algum tipo de processo tramitando na Justiça contra a empresa, deveriam assinar um termo desistindo da ação.

É claro que o PDI não era tão espontâneo assim. Os chefes de plantão trabalharam para fazer o “convencimento” do trabalhador. Mais uma vez o Sindicato entrou em cena para garantir àqueles que optassem pela adesão ao programa, que pelo menos o fizessem em igualdade de condições.

O Sinergia (na época Sindees) buscou com a direção da empresa uma forma negociada para resolver a situação, solicitando, inclusive, a dilatação do prazo. A Escelsa, no entanto, não atendeu às reivindicações dos trabalhadores. Diante da negativa, o Sindicato ajuizou ação na Justiça do Trabalho e conquistou mais essa vitória, anulando o item impeditivo da adesão de empregados-reclamantes ao plano.

Apesar de ganhar o primeiro “round” o restante da luta dos trabalhadores mostrou-se muito mais complicada do que se podia prever. O poder de demitir ou não estava com os novos donos da empresa e, mais cedo ou mais tarde, com ou sem PDI, todos poderiam ser demitidos. E foi o que aconteceu.

■ ■ Terceirização

Só para se ter uma idéia do avanço das demissões e da terceirização na Escelsa após a privatização, em 1993 havia 2.674 empregados nos quadros próprios da empresa. Em 1994 esse número caiu para 2.602. Um ano após a privatização eram 1.827 empregados. Atualmente, a Escelsa conta com somente 1.216 trabalhadores próprios.

Bem sabemos que um dos principais fatores que levaram à queda na prestação de serviços à população e a péssimas condições de trabalho foram as demissões de empregados, o fechamento de postos de atendimento direto, principalmente do interior do Estado, e a terceirização.

As políticas governamentais de privatização trazem a marca da terceirização como carro chefe na prestação de serviços em um campo considerado de vital importância na economia do país.



Confira no quadro a evolução das demissões e do número de clientes por empregado:

Ano	Nº de empregados	Nº de clientes empregado
1993	2.674	230
1994	2.602	250
1995	1.827	374
1996	1.770	408
1997	1.592	472
1998	1.574	502
1999	1.578	524
2000	1.505	575
2001	1.411	654
2002	1.353	705
2003	1.305	742
2004	1.231	799
2005 (2º trim.)	1.216	808

■ Saúde e segurança

A série de transformações porque passou o setor elétrico nos últimos anos tem trazido graves conseqüências aos seus trabalhadores. As políticas governamentais de privatização vieram acompanhadas de aposentadorias e demissões, que hoje trazem a marca da terceirização como carro chefe na prestação de serviços em um campo considerado de vital importância na economia do país.

Com a terceirização de serviços, os problemas e acidentes com os trabalhadores foram ampliados. Os acidentes no setor, muitas vezes graves e ou fatais, são a representação triste e dramática do exercício profissional em condições inadequadas.

Preocupado com o aumento no número de acidentes na Escelsa após a privatização, o Sinergia-ES, através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST), elaborou o estudo “Perfil dos Eletricistas do Setor Energético da Região Metropolitana de Vitória-ES – Um Estudo de Base Ergonômica”, coordenado pela médica do Trabalho Denise Rozindo Bourguignon.

Segundo a pesquisa, casos de acidentes ligados à manutenção de rede, máquinas e equipamentos são comuns entre estes trabalhadores. O exercício das atividades através de prestadores de serviços, com força de trabalho nem sempre capacitada e ou com experiência insuficiente, tem se tornado algo de convivência “natural”.

Somam-se a isso as falhas de instalação elétrica, energização indevida, não desligamento de circuito e fadiga por sobrecarga de serviço que, segundo dados do Grupo de Intercâmbio e Difusão de Informação Sobre Engenharia e Segurança do Trabalho (Gridis), têm interferência direta sobre a segurança dos trabalhadores em energia.

Enquanto nas terceiras aumentaram os acidentes físicos, na Escelsa houve uma evolução das doenças mentais do trabalho como a depressão, angústia, estresse e até síndrome do pânico.

■ ■ Prejuízos nos salários

Outra séria conseqüência para os trabalhadores foi a perda salarial. Segundo cálculos feitos pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (Dieese), de 1º/11/95 a 30/06/2005, os salários dos empregados da Escelsa sofreram uma perda astronômica.

O estudo do Dieese tomou como marco inicial para o acompanhamento dos salários o poder de compra que vigorava em 1º/11/95, comparando-se a evolução dos salários com a evolução do ICV-Dieese.

Os dados mostram que no período de 1º/11/95 a 30/06/05 o ICV-Dieese apresentou uma variação de 116,58%.

Os salários, no mesmo período, foram reajustados em somente 54,17%. Assim, em 1º/06/05, os salários mantêm apenas 71,15% do poder aquisitivo de 1º/11/95, calculado sobre o ICV-Dieese. Não podemos esquecer que os salários já acumulavam antes desse período uma significativa perda.

Para que os salários em 02/06/05 retornem ao mesmo poder de compra de 1º/11/95, o reajuste necessário sobre os salários de junho de 2005 deveria ser de 40,60% pelo ICV-Dieese.

Enquanto isso, **as tarifas de energia elétrica tiveram um reajuste astronômico de 222,41% no período de 1994 a 2004.**



■ ■ Os desafios para o Sinergia-ES

Sabendo das conseqüências negativas que a venda da Escelsa traria para os trabalhadores, a sociedade e a economia capixaba, o Sinergia-ES travou uma luta aguerrida contra a privatização da empresa. Afinal, a única atividade que norteia a iniciativa privada é lucro.

A Escelsa privatizada estimula a competitividade entre os trabalhadores, buscando a divisão e a competição entre eles. A empresa estabelece metas e objetivos quase inatingíveis, implementando um ritmo de atividade muitas vezes acima da capacidade do empregado. Com isso, o trabalhador necessita extrapolar os seus limites, excedendo a sua jornada como forma de garantir o emprego. Mudando a sua forma de produzir, a Escelsa privatizada busca o máximo de produtividade, com o mínimo de trabalhadores e o mínimo custo.

A Escelsa reforça a idéia de que estar perto do Sindicato é colocar o próprio emprego em risco. Tendo o emprego ameaçado, a categoria se afasta do Sindicato. E a empresa faz isso porque sabe o poder da organização e de luta do Sinergia-ES.

A reestruturação na iniciativa privada é permanente. A Escelsa já foi controlada por banqueiros, fundos de pensão e agora é administrada pela EDP, empresa européia que dá continuidade a esse processo de reestruturação. Como conseqüência direta, isso também traz um clima permanente de instabilidade entre os trabalhadores.

A redução do quadro de funcionários diretos da Escelsa e o aumento do número de terceirizados mudou a relação entre o Sindicato e a sua base. Os trabalhadores de empresas contratadas são mais fragilizados, do ponto de vista político, por sofrerem mais com a precarização das condições de trabalho, caracterizada pela sobrecarga de trabalho com menor salário.

Por isso mesmo o Sinergia-ES luta pela unificação do tratamento entre os trabalhadores efetivos e os das terceirizadas, enfatizando a importância de alcançar e manter boas condições de trabalho, salários e benefícios para todos. Um dos desafios é garantir os direitos tanto dos empregados da Escelsa quanto dos trabalhadores das empresas contratadas, buscando unificar a categoria do ramo de energia, independente da atividade exercida.

Outra luta do Sindicato tem sido a manutenção dos benefícios médico, odontológico e de seguro de vida para os aposentados como são fornecidos para os trabalhadores que estão na ativa. A garantia desses direitos é um mérito por tanto tempo dedicado à empresa.

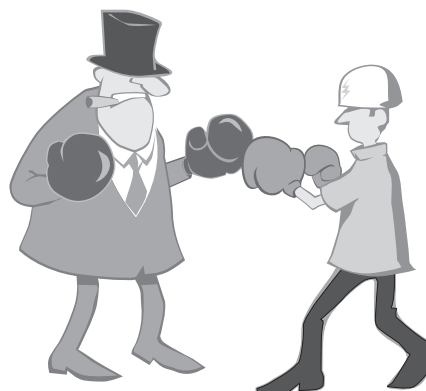
■ ■ Conseqüências para o Sindicato

A luta dos trabalhadores em energia sofreu um duro golpe com as privatizações. No caso do Sinergia-ES, que tinha os empregados da Escelsa como sua principal fonte de arrecadação, além do problema financeiro gerado pelas demissões, as mudanças afetaram diretamente a atuação do Sindicato em defesa dos direitos da categoria.

Mas a direção do Sinergia-ES não se deixou abater. Para superar a crise financeira, buscou novas fontes de arrecadação, mudou a forma de administração da entidade e renegociou dívidas, entre outras ações.

No campo político o prejuízo também foi grande. Com a nova forma de organização adotada na Escelsa, a reestruturação implementada pelos investidores após a privatização e o processo de demissões houve uma queda no número de participantes nas assembleias e atividades. Os empregados que permaneceram em seus postos de trabalho, adotaram nova postura em relação ao Sindicato. O desafio era grande, mas a luta estava apenas começando.

Ao longo desses 10 anos, graças à disposição da direção do Sinergia, os trabalhadores estão cada vez mais conscientizados sobre a importância da união e participação de todos. E esse trabalho nos rendeu bons frutos, como o auxílio educacional, a conquista ou a melhoria dos planos de saúde em várias empresas, reajustes nos salários (inclusive na Escelsa após sete anos sem reajuste na data-base), nos pisos salariais, nos tíquetes alimentação e auxílio creche; benefício para aposentados, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), entre outros.



■ ■ Relação Escelsa/Sindicato

Logo no início, a Escelsa privatizada passou a desconsiderar a organização dos trabalhadores, não reconhecendo o Sindicato como ator na relação capital/trabalho.

A empresa adotou a prática de desprestigiar e desvalorizar a ação coletiva, da qual o Sindicato é o legítimo representante.

Nesses últimos 10 anos, o Sinergia-ES vem enfrentando dificuldades também para negociar com a empresa. De 1996 a 2002, os trabalhadores tiveram

índice de reajuste “zero” na data-base. Somente a partir de 2003, graças à luta incansável do Sindicato nesse sentido, foram conquistados percentuais de reajuste na data-base, mesmo assim abaixo dos índices inflacionários apurados nos períodos.

A partir de 2001, a direção do Sindicato mudou a forma de conduzir a relação com a empresa e com os trabalhadores, buscando participação, através do diálogo e com transparência nas suas ações. Capacitou seus diretores para que o embate na mesa de negociação se desse de forma equilibrada, respeitosa, racional e justa. A direção tornou visível a sua atuação para despertar a participação e a mobilização dos trabalhadores durante a negociação coletiva. Hoje os trabalhadores participam desde a pesquisa para montagem de pauta até as assembléias para fechamento do acordo, porque entendem que o Sindicato tem o poder de representatividade de sua base. O Sinergia mantém o jornal Energia e o informativo Energizando, periodicamente, com a finalidade de informar, denunciar e esclarecer aos trabalhadores.

■ ■ Sinergia-ES quer ação unificada

O Sinergia-ES quer discutir uma ação unificada nacionalmente entre os trabalhadores do setor elétrico, buscando o tratamento igual para todos os trabalhadores do ramo de energia (piso salarial, assistência médica e odontológica, alimentação, etc). O objetivo é a elaboração de um Acordo Coletivo de Trabalho Nacional, com parâmetros nacionais de negociação. A partir daí seriam feitos acordos regionais, envolvendo cláusulas específicas de cada empresa, considerando as especificidades também de cada função.

Para isso, o Sinergia está buscando qualificar os seus dirigentes, através da participação em eventos e fóruns de discussão, como é o caso da Coordenação Nacional dos Eletricitários.

■ ■ Indicadores eco-financeiros da Escelsa X relações de trabalho

Dieese-ES*

No período de 1996 a 1998, logo nos primeiros anos, as despesas com pessoal (salários e encargos) representaram uma parcela de 12% do lucro operacional da empresa, contra uma média histórica de 27% registrada no período anterior à privatização.

A evolução da produtividade do trabalho tem sido crescente desde 1988. Particularmente após a privatização, o número de consumidores atendidos por cada trabalhador cresceu em quase 100%.

A elevação do número de clientes atendidos por cada trabalhador revela não somente a intensificação do trabalho, sem o devido incremento salarial, mas também uma mudança no perfil de consumo e receita da Escelsa. A partir dos anos 80 cresceu de maneira substancial a participação das classes residenciais e comercial em detrimento do setor industrial, o que reforça a necessidade de alavancar investimentos na geração de energia para o setor doméstico pulverizado.

Apesar do crescimento da produtividade do trabalho, os indicadores laborais fornecidos pela própria empresa mostram uma queda de participação do montante de recursos direcionados à PLR que, em 1998, representou 12% do lucro operacional e em 1999 registrou uma queda nominal de 21%.

Além da questão salarial é importante ressaltar a questão da qualidade do trabalho e no trabalho, muitas vezes comprometida devido à crescente precarização (redução drástica no quadro funcional da empresa) das condições de trabalho que, em última análise, comprometem a própria qualidade dos serviços e a capacidade de sua universalização.

Considerações gerais sobre os indicadores eco-financeiros da Escelsa: 1994-2005

Dieese-ES*

	1994	2004
Receita operacional	251.036.000,00	1.494.460.000,00
Receita operacional líquida	236.706.000,00	1.023.803.000,00
Despesas operacionais	248.181.000,00	904.526.000,00
Receitas financeiras	53.923.000,00	109.564.000,00
Lucro bruto	38.394.000,00	57.357.000,00
Lucro líquido	32.356.000,00	156.308.000,00
Despesas c/ pessoal	43.290.000,00	49.754.000,00
Despesas c/ serviços de terceiros	7.222.000,00	34.968.000,00

As breves considerações a seguir procuram fazer um comparativo dos principais indicadores eco-financeiros do balanço da Escelsa em 1994 (o resultado consolidado em 31/12/94 – o ano anterior à privatização) e dos anos seguintes até 2004, ressaltando ainda alguns números relativos ao primeiro trimestre de 2005.

Os indicadores utilizados como referência são de natureza operacional constante nas contas de resultado da empresa. As contas patrimoniais, por sua vez, estão presentes na análise da estrutura de capital apresentada pela Escelsa ao longo destes anos.

■ ■ 1994

Em 1994, a Escelsa apresentou uma performance eco-financeira bastante modesta, registrando uma margem operacional negativa e um lucro líquido de pouco mais de R\$ 32 milhões. Esse lucro foi possível, principalmente, pelas receitas financeiras registradas no período. O desempenho da empresa foi comprometido, por um lado, pela trajetória de reduzidos investimentos estruturais, associados a elevados custos operacionais e, por outro, pelas adversidades conjunturais e estruturais vividas pela Escelsa em 1994.

Dentre essas adversidades podemos destacar: o crescimento expressivo e inesperado da demanda por energia elétrica naquele ano; as inúmeras falhas de fornecimento por parte de empresas integrantes do sistema sul-sudeste; e a conversão de preços imposta pelo Plano Real, com impacto negativo no patamar tarifário praticado pela Escelsa, reduzindo muito a sua margem de comercialização.

Apesar de todas as dificuldades, a empresa apresentou uma estrutura de capitais estável – com um imobilizado reduzido e um passivo total constituído, majoritariamente, por recursos próprios (aproximadamente 80%).

Após a privatização, com exceção de 1995, nos últimos 10 anos a Escelsa tem apresentado margens operacionais positivas - em média 14% ao ano (sendo que, em 1994, nem mesmo a margem bruta chegou próximo dos 10%), lucratividade elevada e receitas operacionais líquidas crescentes.

■ ■ 2004

A receita bruta apresentou em 2004 um crescimento de 495% com relação à 1994, totalizando 1.494,460 milhões de reais. Com relação ao lucro líquido neste mesmo período, podemos constatar que (em que pese os anos em que a empresa apresentou prejuízo contábil) o crescimento foi da ordem de 383% em 10 anos, perfazendo o total de 156.308 milhões de reais em 2004 contra 32.356 milhões de reais em 1994.

Essa performance positiva da empresa foi possibilitada, sobretudo, pela “racionalização” das despesas operacionais e de seus custos gerenciáveis feitas a partir da privatização (somente as despesas de pessoal da Escelsa mais terceiros, que em 1994 representavam 20,12% da receita operacional bruta, em 2004 passaram a representar 5,66%) e pela elevada margem de comercialização possibilitada pelas tarifas praticadas nos últimos anos.

Entretanto, a estrutura de capitais da empresa, refletida nos últimos números publicados pela Escelsa, demonstram uma perda de estabilidade patrimonial, devido ao elevado endividamento de longo prazo (aproximadamen-

te 55%) e a uma expressiva redução do patrimônio líquido no passivo total (cerca de 13%).

■ ■ 1º trimestre/2005

A partir de dados recentes podemos constatar que, em termos de resultados operacionais e financeiros, o lucro líquido apurado no primeiro trimestre de 2005 (cerca de R\$ 54 milhões) foi quase o dobro do apurado em todo o ano de 1994. Além do eficiente gerenciamento dos ativos da empresa presentes em ciclo operacional, este desempenho foi possibilitado, principalmente, pelos elevados índices de produtividade do trabalho e do capital registrados pela Escelsa ao longo destes 10 anos.

■ ■ 2005 – Perspectivas para o setor elétrico

*DIEESE – Subseção Eletricitários SC

O processo de recuperação do mercado de energia elétrica pós-acionamento continua. Em 2004 o consumo total de energia elétrica no Brasil cresceu 4,38%. Entretanto, o volume consumido em 2004 supera em apenas 4,2% o verificado em 2000.

O consumo industrial cresceu 7,1%, o comercial 4,4% e as residências 2,9% em 2004. Na região norte foi observado o maior crescimento (7,97%), seguido do Nordeste (5,08%), Sudeste/Centro Oeste (4,03%) e Sul (3,22%).

A autoprodução de energia respondeu em 2004 por 10,4% do mercado de geração no país, reduzindo o mercado das empresas elétricas federais. O volume de energia vendida pelas elétricas federais teve redução de 6,4% em 2004, também associada a descontratação de energia das empresas Furnas e Chesf.

Como ainda há sobra de energia elétrica, os preços de mercado estavam abaixo do que era praticado nos contratos iniciais das empresas geradoras federais. Por essa razão, a descontratação trouxe perdas às companhias. Nesse contexto, o leilão de energia ocorrido em dezembro de 2004 permitiu que as empresas federais revendessem as sobras de energia a um preço atraente para o curto prazo, mas ainda incerto para o médio e longo prazo.



■ ■ Um novo momento

Ao longo de seus 60 anos de história o Sinergia-ES construiu um movimento de enfrentamento da exploração do trabalhador e pela busca da valorização e reconhecimento do trabalho da categoria.

O Sindicato também enfrentou bravamente todas as adversidades e conseguiu superá-las através da sua força para mobilizar e organizar os trabalhadores em energia e buscar o fortalecimento da capacidade de resistência e de luta da categoria.

Hoje vivemos um momento novo, tanto na sociedade quanto no movimento sindical brasileiro. O Sinergia-ES não se furta a esse desafio, sempre buscando o respeito, a aceitação e legitimidade.

Trabalhando coletivamente, o Sindicato se preparou para construir com competência a sua bela história e formar lideranças que hoje estão preparadas para dar continuidade à luta.

E será através dessa luta que conseguiremos construir um futuro melhor para os trabalhadores, com organização, mobilização e muita disposição para superar todos os obstáculos. Somente assim poderemos construir um mundo melhor, um futuro do jeito que os trabalhadores sonham e merecem.

O Sinergia-ES agradece a todos os trabalhadores em energia a confiança que tem sido depositada na entidade ao longo de seus 60 anos de história e conta com os trabalhadores para as lutas que estão por vir. Uma categoria unida faz um sindicato forte.

A direção